PETROPOLITANAS

ARQUIVO/TV CORREIO DA MANHÃ



Relatório é do Programa Nacional de Transparência Pública

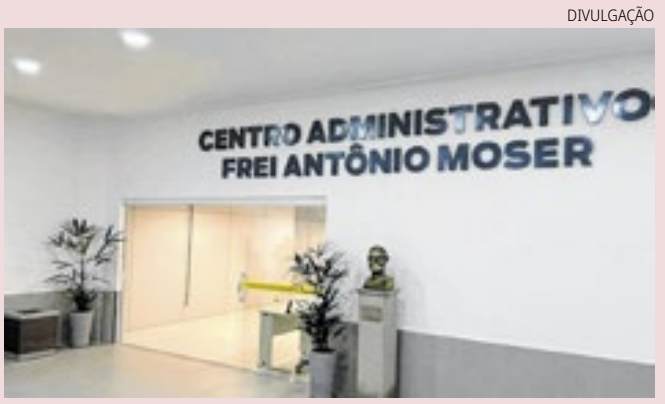
Prefeitura de Petrópolis não atende a 13 critérios de transparência

A Prefeitura de Petrópolis não atende a 13 dos 96 critérios analisados na avaliação de transparência pública de 2026. Entre os problemas identificados estão a falta de informações detalhadas sobre emendas parlamentares, despesas com diárias de servidores e autoridades, ordem cronológica de pagamentos e obras paralisadas. Os dados constam na ficha de avaliação do Radar da Transparência Pública, iniciativa da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Dos 96 critérios avaliados, 83 foram considerados atendidos e 13 não atendidos, o equivalente a aproximadamente 86,5% de atendimento na contagem dos itens. Apesar dos pontos pendentes, os 12 critérios classificados como essenciais receberam avaliação positiva. Entre os problemas identificados está a ausência de informações completas sobre emendas parlamentares federais, estaduais e municipais.

Despesas diárias também são citadas

Esses itens exigem a identificação da origem dos recursos, autoria das emendas, valores previstos e recebidos, finalidade dos repasses e execução orçamentária e financeira. Na prática, são informações que permitem à população acompanhar quanto dinheiro foi destinado ao município, quem indicou os recursos e como foram utilizados. Outro ponto é a divulgação das despesas com diárias. Segundo a avaliação, a Prefeitura não atende ao critério que exige a publicação do nome e cargo do beneficiário, entre outros critérios.

DIVULGAÇÃO



O município atendeu aos outros 86 itens avaliados

Obras públicas e SIC

Na área de obras públicas, a avaliação identificou que a Prefeitura não atende ao critério de divulgação da relação de obras paralisadas. A exigência prevê informações sobre os motivos da interrupção, o responsável pela paralisação e a previsão de retomada dos trabalhos. O levantamento também aponta falhas na transparência relacionada ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Três critérios não foram atendidos: a publicação de um relatório estatístico anual com a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e negados, entre outros.

Outras falhas identificadas

Na área da Saúde, a avaliação identificou que não são divulgadas informações sobre os estoques de medicamentos das farmácias públicas. O critério exige que a população possa consultar a disponibilidade dos medicamentos fornecidos pelo município. A ficha de avaliação também aponta que o município não atende ao critério relacionado à divulgação de informações sobre projetos de incentivo à cultura e ao esporte.

Free Flow

A Elovias dará início, a partir da 0h de amanhã, dia 16, à cobrança eletrônica pelo sistema Free Flow na rodovia BR-040. Autorizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a operação será realizada por meio de um novo pórtico no Km 831, em Simão Pereira (MG), que substituirá a atual praça de pedágio, localizada no Km 819,3.

Veículos com TAG

Diferentemente do pedágio convencional, o sistema Free Flow não tem cabines ou cancelas. O motorista passa pelo pórtico instalado na rodovia sem precisar parar ou reduzir significativamente a velocidade. Câmeras e sensores instalados na estrutura identificam o veículo e registram a passagem. Para quem utiliza TAG, a cobrança da tarifa será automática.

Site ou aplicativo

Já os veículos sem TAG serão identificados pela placa. Neste caso, o motorista deverá consultar e quitar a tarifa posteriormente pelos canais disponibilizados pela Elovias, como o site elovias.com.br e o novo aplicativo da concessionária, disponível para Android e iOS. Também será possível pagar em totens instalados nas quatro Bases de Serviço Operacional.

Prazo de 30 dias

O pagamento deverá ser feito dentro do prazo de 30 dias. Após esse período, o não pagamento da tarifa poderá resultar nas penalidades previstas na legislação de trânsito. O objetivo do sistema Free Flow é proporcionar maior fluidez ao trânsito, eliminando filas nas praças de pedágio e reduzindo o tempo de viagem.

Reunião no 26º BPM

O vereador Fred Procópio esteve com o comandante do 26º Batalhão de Polícia Militar (BPM), coronel Cortes, para discutir medidas de combate à criminalidade em Petrópolis. O encontro, na sede do Batalhão, ocorreu após recentes registros de roubos e episódios de violência no município, levando ao fechamento do terminaç do Centro às 21h.

Novas câmeras

Durante a reunião, o comandante informou que a Polícia Militar inaugurará, ainda neste mês, um centro de monitoramento por câmeras em parceria com a iniciativa privada. Além dos equipamentos próprios do batalhão, moradores, lojistas e condomínios poderão compartilhar imagens de câmeras voltadas para vias públicas.

DIVULGAÇÃO



Ocupação será realizada de forma temporária, segundo a Prefeitura

Sem detalhar indenização, garagem da Turp é retomada

Município afirma que empresa será responsável pelo pagamento mensal

Por **Richard Stoltzenburg**

A Prefeitura de Petrópolis retomou, na manhã do último sábado (14), a posse da antiga garagem da Transporte Urbano de Petrópolis (Turp), localizada no km 61,8 da BR-040, em Itaipava. A medida, segundo o município, busca recuperar a estrutura necessária para a manutenção dos ônibus e a regularidade do transporte coletivo. Entretanto, a requisição administrativa do imóvel prevê o pagamento de uma indenização mensal à proprietária do terreno, obrigação que ficará sob responsabilidade da própria empresa.

O comunicado oficial não esclarece de onde virão os recursos para esse pagamento, considerando que a Prefeitura também afirma que a antiga gestão da Turp deixou quase dois anos de aluguel em atraso.

A operação contou com a presença da Polícia Militar, da Guarda Civil Municipal (GCM) e da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans). De acordo com a Prefeitura, a ação ocorreu sem necessidade de uso da força, após a proprietária ser notificada para liberar o acesso ao espaço.

A retomada da garagem ocorre em meio à intervenção na Turp, decretada pelo município em maio deste ano, após problemas financeiros e operacionais atribuídos à antiga administração da empresa. Segundo a Prefeitura, a gestão anterior acumulou dívidas com fornecedores e profissionais, além de deixar de pagar quase dois anos de aluguel do terreno em Itaipava.

Sem a estrutura, a frota passou a operar de forma improvisada em Corrêas, em um espaço com capacidade para atender apenas dois ônibus por vez. Já o pátio de Itaipava permite a manutenção simultânea de mais de 15 veículos.

A proprietária do terreno, Patrimony Administradora de Bens S.A., recebeu a comunicação sobre a requisição administrativa em 22 de outubro, mas, segundo a Prefeitura, não viabilizou a entrada no imóvel. Diante da ausência de manifestação, a intervenção expediu o Ofício nº 08/2026, com base na chamada autoexecutoriedade do ato administrativo, mecanismo que permite à Administração Pública executar determinadas decisões sem necessidade de autorização judicial prévia.

A ocupação tem caráter temporário e deverá durar enquanto a intervenção na Turp estiver em vigor. O decreto prevê o pagamento de uma indenização mensal à proprietária, com valor a ser definido pela Comissão Permanente de Avaliação Imobiliária (CPAI).

Apesar da informação sobre a responsabilidade pelo pagamento, o comunicado não apresenta o valor da indenização, a previsão de início dos repasses ou a origem dos recursos que serão utilizados pela empresa. Também não esclarece como a Turp conseguirá assumir essa despesa diante do histórico de inadimplência mencionado pela própria Prefeitura.

O interventor da empresa, Junior Cezar Maurício Marinho, afirmou que a retomada da garagem deverá facilitar a manutenção dos veículos e ampliar a capacidade operacional da concessionária.

O Correio Petropolitano questionou o Município e o Setranspetro sobre a medida e aguarda um posicionamento.